



Série especial sobre política fiscal em resposta à COVID-19

Esta nota é parte de uma série produzida pelo Departamento de Finanças Públicas para ajudar os países membros a enfrentar a situação de emergência causada pela COVID-19. As opiniões aqui expressas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, de sua Diretoria Executiva ou de sua Direção-Geral.

26 de abril de 2020

Gestão de caixa do governo em situações de tensão fiscal

Richard Allen, Emre Balibek, Yasemin Hurcan e Sandeep Saxena¹

Em um contexto de redução das receitas e acesso restrito aos mercados financeiros, os governos enfrentam o desafio de atender ao aumento das necessidades de caixa para financiar os gastos emergenciais relacionados à COVID-19. É necessária uma abordagem multifacetada à gestão de caixa para assegurar que haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações de pagamento do governo.

I. PRINCIPAIS DESAFIOS

A função da gestão de caixa é contribuir para a boa execução do orçamento do governo, mesmo em tempos de crise. O planejamento de caixa do governo deve ser ajustado para refletir o aumento dos gastos emergenciais, a queda simultânea na arrecadação e o financiamento dos gastos relacionados às medidas de resposta à crise. A principal tarefa dos gestores de caixa do governo² é assegurar que haja liquidez suficiente para honrar as obrigações de pagamento do governo no vencimento. A crise coloca diversos obstáculos à execução dessa tarefa, notadamente³:

- Como identificar e estimar o impacto da crise e das diversas políticas de resposta à emergência sobre as operações de caixa do governo?

¹ Perguntas e comentários sobre esta nota podem ser enviados para cdsupport-spending@imf.org.

² Esta nota discute a função de gestão de caixa do governo e a unidade que a executa. Essa função costuma estar localizada no departamento do tesouro do ministério das finanças ou no departamento de contabilidade geral, mas algumas vezes em outras unidades como, por exemplo, o departamento de gestão da dívida.

³ Para mais informações sobre as implicações da crise da COVID-19 sobre os sistemas de GFP, ver S. Saxena e M. Stone, "Preparar os sistemas de gestão das finanças públicas para os desafios da resposta emergencial", *Série especial do FMI sobre política fiscal em resposta à COVID-19*. A nota "Debt Management Response During the Pandemic", da mesma série, aborda as implicações da COVID-19 para a gestão da dívida.

- Como projetar o saldo diário de caixa do governo e suas necessidades de fluxo de caixa?
- Como encontrar dinheiro suficiente para atender ao aumento das necessidades de liquidez quando os mercados financeiros estão sob forte tensão?

Uma resposta a esses desafios deve estar centrada nos quatro pilares principais da gestão de caixa moderna: i) consolidação de caixa, ii) projeção de caixa, iii) gestão dos saldos de caixa e iv) mecanismos organizacionais e institucionais. O objetivo deve ser fazer com que os gestores de caixa utilizem da melhor maneira possível todas as fontes de liquidez disponíveis.

As seções a seguir apresentam um conjunto de medidas que os países poderiam tomar para enfrentar esses desafios. Os países devem se concentrar nas medidas mais importantes e factíveis em função de suas capacidades e do contexto local. Aqueles com uma função de gestão de caixa relativamente bem desenvolvida não apenas estarão melhor posicionados para gerir o impacto da crise, mas também terão uma gama mais ampla de instrumentos disponíveis para salvaguardar sua posição de liquidez. Mesmo os países que estejam em um estágio inicial de desenvolvimento poderão adotar medidas para melhorar sua gestão de caixa. A crise também cria uma oportunidade para que os países deem início a reformas estruturais que poderiam gerar benefícios duradouros no médio prazo⁴.

II. GESTÃO DE CAIXA: MEDIDAS INDICADAS

A consolidação de caixa ajudará a agrupar todo o caixa à disposição do tesouro, facilitando o melhor uso possível sob condições fiscais de extrema tensão. Os governos que têm em vigor uma estrutura funcional para a Conta Única do Tesouro (CUT) terão mais facilidade para monitorar e controlar seus saldos e fluxos de caixa durante a crise. Tais países poderiam buscar oportunidades disponíveis para expandir ainda mais a cobertura da CUT e melhorar a velocidade com que o dinheiro flui pelo sistema. Contudo, diversos governos mantêm numerosas contas para os ministérios, agências e entidades extraorçamentárias (EEO) que estão fora do controle do tesouro.

As medidas de curto prazo importantes para a consolidação de caixa incluem:

- Delegar ao Tesouro poderes para tomar as medidas necessárias para consolidar o caixa detido pelos ministérios, agências e EEO na CUT ou na conta principal do governo.
- Concentrar-se na identificação de quaisquer saldos de caixa significativos do governo central mantidos atualmente fora da CUT ou da conta principal. Uma diretriz do Tesouro para que os bancos compartilhem informações sobre esses saldos pode ser uma forma eficiente de identificar possíveis candidatos à consolidação.
- Mesmo os países sem uma CUT devem monitorar o nível total consolidado dos saldos de caixa. Essa informação será útil para identificar os recursos e necessidades das entidades governamentais. As entidades com recursos adequados em suas próprias contas bancárias podem ser instruídas a usar primeiramente seu próprio caixa.
- Quando viável, e em consulta com o banco central, tais países devem tomar providências para consolidar os saldos das contas bancárias em sua conta principal. Por exemplo, podem ser estabelecidos acordos de transferência automática diária dos saldos das contas em bancos comerciais para a conta principal do

⁴ Por exemplo, após a crise financeira asiática da década de 1990, muitos países do Sudeste Asiático implementaram reformas na conta única do tesouro (CUT). Como um primeiro passo, uma conta principal do governo pode ser designada para ser a etapa inicial de um sistema de CUT que serve como base para a consolidação de caixa.

tesouro no banco central. A transferência automática não exige o encerramento das contas que continuem sendo necessárias para fins transacionais. O banco central deve considerar o impacto de tais acordos sobre a liquidez do sistema bancário.

- Os países que dependem da distribuição de caixa – devido a restrições ao agrupamento dos recursos em função da inexistência de uma tecnologia bancária moderna – podem analisar opções para a criação de linhas de crédito bancário visando assegurar a prestação ininterrupta dos serviços públicos essenciais.
- O tesouro deve consultar as empresas públicas, fundos de pensão e EEO que possuem grandes depósitos ociosos e analisar opções para firmar acordos de empréstimo a curto prazo com essas entidades⁵.
- Na crise atual, diversos países constituíram fundos de reação de emergência, que aceitam doações e vinculam os recursos a necessidades de gasto específicas (por exemplo, Gabão, Gana, Nigéria e Quênia). Idealmente, estes fundos deveriam ser criados como subcontas da CUT, sob a supervisão do tesouro que pode monitorar a disponibilidade geral de caixa do governo. Em qualquer caso, a contabilização de todos os recebimentos e doações, bem como sua utilização, deve obedecer às leis e regras de gestão financeira pública e estar sujeita a requisitos rigorosos de controle de governança e de divulgação de informações.
- Deve-se evitar a abertura de novas contas bancárias fora da CUT para gerir os recursos dedicados a gastos relacionados à crise, já que isso envolve o risco de fragmentar a função de gestão de caixa e prejudicar a supervisão dos saldos bancários.
- Quando necessário, os bancos que recebem depósitos de tributos e de outras receitas do governo devem ser instruídos a transferir esses valores para a CUT (ou para a conta designada como principal) o mais rapidamente possível, de forma que eles fiquem disponíveis para o tesouro.
- O tesouro deve monitorar atentamente, em tempo real (ou pelo menos diariamente), os movimentos nos saldos da CUT. Caso necessário, ele deve solicitar ao banco central o acesso online a sua(s) conta(s) ou, alternativamente, a disponibilização diária de relatórios de saldo de caixa ao final do expediente.

Projeções de caixa confiáveis e oportunas são essenciais para a tomada de decisões sobre a gestão dos fluxos e saldos de caixa do governo. Devido à volatilidade elevada das receitas e despesas e às incertezas associadas ao desembolso dos gastos emergenciais, a manutenção da confiabilidade das previsões de caixa será um desafio. As projeções com base em dados macro (*top down*) podem ser afetadas pela ausência de premissas confiáveis, e os padrões anteriores de gastos e receitas talvez já não sejam mais um bom indicador dos fluxos de caixa futuros. A estratégia do governo deve ser coletar as informações micro (*bottom up*) de alta frequência (idealmente diárias ou semanais) necessárias à preparação de projeções confiáveis. Contudo, os atrasos nas comunicações oficiais entre os órgãos públicos podem representar um desafio para a coleta eficiente de dados.

⁵ Por exemplo, o tesouro argentino tem um acordo com o *Banco de la Nación* – onde todas as agências governamentais mantêm suas contas bancárias – para saques a descoberto sem juros contra o saldo cumulativo dessas contas. Na Grécia, o Sistema de Contas do Tesouro permite ao governo central monitorar os saldos de caixa ociosos de entidades fora do governo central e, em caso de necessidade, acessar esses saldos por meio de acordos de recompra. Na Turquia, após a crise financeira da década de 1990, foi criada uma conta comum da tesouraria do setor público para permitir ao governo central monitorar os recursos financeiros/caixa das instituições do setor público. O tesouro usava essas informações em suas operações de gestão de caixa.

As medidas de curto prazo importantes para previsões de caixa confiáveis e oportunas incluem:

- Concentrar-se no impacto de curto prazo sobre o fluxo de caixa das medidas de política fiscal e da evolução macroeconômica, em coordenação com os departamentos de orçamento e de análise macrofiscal do ministério das finanças e com a autoridade arrecadadora.
- Identificar os principais pontos de contato (por exemplo, ministério das finanças ou o gabinete do presidente ou primeiro-ministro) para obter atualizações oportunas sobre eventuais fundos emergenciais (por exemplo, de parceiros de desenvolvimento) e/ou alívio da dívida para ajudar a melhorar a precisão das projeções macro.
- Estabelecer canais de comunicação diretos (e, se necessário, informais) com os principais organismos executores de gastos – particularmente com o ministério da saúde e outros setores que administram gastos emergenciais – e com a autoridade arrecadadora e buscar atualizações de alta frequência nos planos ou projeções de caixa. Os responsáveis pelas projeções de caixa no tesouro devem manter contato diário ou semanal com suas contrapartes nesses organismos. Deve ser dada atenção à identificação dos maiores itens do fluxo de caixa, inclusive os relacionados à emergência, e à sua exatidão.
- Caso necessário, os gestores de caixa devem reduzir o horizonte de suas projeções ao mínimo necessário para conduzir os leilões de títulos públicos e de outros instrumentos necessários à manutenção de um saldo de caixa adequado. Na maioria dos casos, um horizonte de 4 a 6 semanas deve ser suficiente para as necessidades imediatas, mas os gestores de caixa devem levar em consideração as pressões que podem surgir em um período mais prolongado.
- Atualizar diariamente as projeções agregadas de caixa com base nas movimentações na CUT (ou do saldo da conta principal da tesouraria) e novas informações em nível micro.
- Preparar cenários para fundamentar a tomada de decisões. Em um ambiente de incertezas, além de uma projeção de referência, deve ser preparada também uma projeção de pior cenário, prevendo atrasos na liberação de verbas e interrupções na arrecadação tributária, a fim de analisar seus possíveis efeitos e preparar opções para reagir a eles.
- Os cenários de fluxo de caixa devem contemplar a possibilidade de que os passivos contingentes venham a se materializar. Os gestores da dívida devem obter informações sobre a programação de pagamentos dos empréstimos garantidos no curto prazo e a probabilidade de que as agências beneficiárias peçam ajuda ao governo. Os contratos de parceria público-privada mais importantes devem ser revistos, visando identificar a provável materialização das obrigações contingentes. Da mesma forma, as oscilações cambiais devem ser levadas em consideração na projeção da amortização das dívidas em moeda estrangeira.
- Compartilhar e discutir, diária ou semanalmente, as projeções de caixa com o departamento de orçamento, gestores da dívida e banco central, juntamente com uma breve explicação das principais alterações em relação à projeção anterior.
- Monitorar atentamente os resultados de caixa, verificar os motivos dos erros de previsão e incorporar os resultados dessa análise às projeções para o próximo período. Sempre que necessário, consultar as contrapartes nos ministérios pertinentes. Em condições de tensão, é necessário entender as causas subjacentes dos desvios (se há uma mudança permanente no padrão de gastos ou no momento da realização dos fluxos de caixa) para que as projeções possam ser atualizadas de forma realista. A informalidade das consultas pode ser útil para assegurar informações oportunas.

A gestão dos saldos de caixa do governo deve ser voltada à manutenção do saldo necessário na CUT.

A estratégia deve ser explorar todas as fontes disponíveis, com a devida consideração aos custos e riscos.

As medidas de curto prazo importantes para gerir os saldos de caixa incluem:

- Analisar a possibilidade de contratar (ou ampliar) linhas de crédito bancárias e linhas para saque a descoberto no banco central⁶. Tais acordos podem reduzir substancialmente as pressões sobre os gestores de caixa, mas seu uso deve destinar-se apenas a cobrir deficiências temporárias de caixa e não a fornecer outra fonte para financiamento do déficit. Tais linhas devem ter um teto e um prazo definidos, e estar sujeitas à incidência de juros.
- Recalibrar os níveis de reserva de caixa. Uma reserva de caixa é a rede de segurança do governo contra a volatilidade do fluxo de caixa. Diversos governos constituíram ou aumentaram essa reserva na esteira da crise financeira mundial. A maior volatilidade nos fluxos de caixa e as condições mais apertadas do mercado podem determinar a necessidade de rever os níveis de reserva de caixa. Os gestores de caixa devem calibrar o provável impacto da crise atual sobre a posição de caixa do governo, a fim de orientar as decisões sobre o nível adequado da reserva e em quanto aumentá-la ou reduzi-la como parte da reação geral de política fiscal do governo. Aprimorar o uso da reserva de caixa é particularmente útil para os governos cuja capacidade para fazer projeções seja mais fraca e cujo acesso aos mercados monetários seja menor. A reserva deve ser parte da CUT ou mantida em contas de depósito no banco central.
- Os países com reserva de caixa podem analisar o quanto devem sacar desses recursos e ao longo de que período, de forma que o governo possa decidir sobre sua utilização. Alguns países mantêm reservas em moeda estrangeira que podem ser utilizadas em caso de necessidade e quando viável. Os fundos de amortização destinados ao serviço futuro da dívida também podem proporcionar um alívio temporário às necessidades imediatas de caixa.
- Em alguns países, ainda pode ser possível investir temporariamente os excessos de liquidez. A estratégia deve ser aplicar em instrumentos de risco de crédito baixo e prazo mais curto, para se proteger com os riscos de crédito, liquidez e volatilidade das taxas de juros. Os governos devem ter a possibilidade de resgatar antecipadamente suas aplicações, com uma penalização.

Os mecanismos institucionais devem ser reforçados para levar a cabo as medidas de gestão de caixa necessárias. Estes mecanismos devem estar ancorados no plano global do governo para gerir a crise fiscal, liderado pelo ministro das finanças. Uma melhor coordenação entre os departamentos do ministério das finanças e as principais contrapartes, incluindo os organismos executores de gastos, as agências arrecadoras e o banco central, é fundamental em períodos de forte pressão sobre a liquidez.

As medidas de curto prazo importantes para fortalecer os mecanismos organizacionais incluem:

- Capacitar a Unidade de Gestão de Caixa (UGC)⁷. Se ainda não existir uma UGC, poderia ser constituída uma pequena equipe especializada, na forma de um Grupo de Trabalho de Gestão de Caixa (GTGC), composto por gestores de tesouraria e representantes de outros departamentos do ministério das finanças. O GTGC deve ser responsável por fazer as projeções de fluxo de caixa – em contato com as contrapartes nos ministérios e agências – e por prestar assessoria sobre a gestão dos saldos de caixa. A experiência internacional sugere que uma equipe de 2 a 3 pessoas pode ser suficiente para essas tarefas. A UGC (ou o

⁶ Por exemplo, o tesouro de Sri Lanka contratou linhas de crédito com alguns bancos comerciais. Países como Bangladesh e Índia têm uma linha de adiantamentos orçamentários com seus respectivos bancos centrais, o que permite que a CUT fique temporariamente no vermelho. Recentemente, o Tesouro do Reino Unido e o Banco da Inglaterra concordaram com a ampliação temporária do uso dessa linha para proporcionar ao governo uma fonte adicional de liquidez.

⁷ Em muitos países, a UGC é uma unidade designada responsável por compilar as projeções de fluxo de caixa, monitorar os saldos e projetar a disponibilidade de recursos.

GTGC) deve coordenar de perto com o banco central suas ações e projeções. Deve haver troca regular de informações entre todos os departamentos e agências envolvidos sobre as projeções e saldos de caixa e momento das intervenções no mercado.

- Constituir um Grupo de Coordenação de Tesouraria (GCT) de alto nível que se reúna frequentemente e funcione como um organismo decisório das operações de gestão de caixa (Quadro 1). Este grupo poderia fazer parte ou reportar-se a um Grupo de Gestão da Crise Fiscal mais amplo, presidido pelo ministro das finanças, que é responsável pela gestão global das reações fiscais à crise. Deve-se reconhecer que os cenários discutidos nesta nota não podem (e nem devem) ser tratados apenas por gestores de caixa; por exemplo, podem ser necessárias revisões no orçamento ou mudanças na estratégia fiscal. O GCT deve informar as autoridades econômicas com base na disponibilidade de caixa e nas opções de financiamento. Ele deve ser presidido a um nível suficientemente elevado, como o vice-ministro ou secretário principal do ministério das finanças, e incluir chefes dos departamentos de orçamento, gestão da dívida, análise macrofiscal e representantes da autoridade arrecadadora e dos principais organismos executores de gastos. Se necessário, esses arranjos podem ser criados informalmente durante a crise e formalizados posteriormente.

Quadro 1. Principais tarefas do Grupo de Coordenação de Tesouraria

- Analisar as projeções de fluxo de caixa. Em períodos de tensão fiscal, essas projeções podem ser essenciais para embasar a tomada de decisões sobre política fiscal.
- Identificar a disponibilidade de recursos financeiros e eventuais deficiências. As projeções dos saldos de caixa, opções de financiamento e outros recursos devem ser preparadas pela UGC e apresentadas ao GCT para avaliar a disponibilidade de recursos para cobrir os gastos de emergência ao longo das próximas 4 a 6 semanas. Essa avaliação será uma informação importante para que o Grupo de Gestão da Crise Fiscal tome decisões relativas às prioridades de gastos.
- Analisar e decidir sobre as opções de política nos cenários adversos possíveis.
- Preparar instruções e diretrizes para os organismos executores de gastos, visando assegurar que seus planos de caixa sejam compatíveis com as projeções da UGC e as prioridades do governo. Tais diretrizes são particularmente necessárias se o processamento de pagamentos for descentralizado, especificamente se os organismos governamentais puderem iniciar pagamentos sem passar pela tesouraria central.
- Adotar medidas, como a exigência de relatórios oportunos, para melhorar o monitoramento dos fluxos e saldos de caixa, sobretudo se os processos de pagamento forem descentralizados e os saldos de caixa fragmentados.
- Tomar medidas para a continuidade das operações em processos de gestão de caixa mais críticos. Normalmente, a gestão de caixa é uma das principais funções incluídas em um plano de continuidade dos negócios de um governo. Contudo, se essa função não estiver incluída em tais planos, ou se eles não previrem uma crise das proporções da COVID-19, podem ser tomadas algumas medidas simples, inclusive a identificação do pessoal-chave que trabalhará nos processos críticos e a estrutura de relatórios com suas responsabilidades de *back-up*¹.

¹ Ver S. Saxena e M. Stone, "Preparar os sistemas de gestão das finanças públicas para os desafios da resposta emergencial", *Série especial sobre política fiscal para reação à COVID-19.*, e E. Balibek, "Covid-19 Rethinking Treasury Business Continuity Plans", *IMF PFM Blog*, 30 de março de 2020.

III. COORDENAÇÃO COM A GESTÃO DA DÍVIDA

A coordenação entre os gestores de caixa e da dívida deve ser fortalecida para assegurar o acesso oportuno a financiamentos e atenuar o risco de refinanciamento da dívida existente. Em muitos países existe uma estrutura integrada para a gestão de caixa e da dívida, o que facilita a eficiência na tomada de decisões. Em outras configurações, o departamento de gestão da dívida deve levar as projeções de fluxo de caixa em consideração quando da atualização de sua estratégia de emissão e planos de financiamento, informando a UGC e o GCT sobre o volume de recursos disponíveis.

As medidas de curto prazo importantes para solucionar a necessidade de financiamento adicional incluem⁸:

- Explorar a possibilidade de financiamento externo (concessional), inclusive no leque ampliado de opções de financiamento oferecidas pelas instituições financeiras internacionais. Em muitos países em desenvolvimento, a capacidade dos mercados locais para absorver as necessidades de gastos adicionais é limitada. Nas economias avançadas, os bancos centrais intervieram, adquirindo volumes adicionais de títulos públicos nos mercados, financiando indiretamente o governo. Nos países de mercado emergente e em desenvolvimento, onde a liquidez adicional no sistema financeiro pode gerar pressões sobre a inflação e o câmbio, essa opção deve ser considerada com cautela. Quando possível, os governos de países em desenvolvimento devem dar preferência a financiamentos concessionais, donativos e financiamento baseado no mercado para ampliar o volume de recursos disponíveis.
- Analisar as opções para alívio temporário da dívida. Por exemplo, o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla em inglês) do FMI já proporcionou alívio do serviço da dívida a um número significativo de países qualificados. Tal alívio pode liberar recursos para outros gastos. Dependendo do perfil de gastos, uma parte do espaço adicional disponível pode ser usada para aumentar as reservas de caixa para uso posterior.
- Rever os programas de financiamento com base nas projeções de fluxo de caixa. Países ativos nos mercados internos de títulos de dívida, inclusive muitos países em desenvolvimento e de mercado emergente, devem rever seus calendários trimestrais e/ou anuais para informar aos participantes do mercado sobre o aumento nas necessidades de captação e quaisquer alterações nos instrumentos de dívida disponíveis. Tal comunicação é importante para permitir tempo suficiente para que os potenciais financiadores ajustem suas carteiras. Diversos países, como Bélgica, França, Hungria, Países Baixos e Reino Unido, já o fizeram.
- Adotar uma abordagem flexível à gestão da dívida. A experiência da crise financeira mundial sugere que pode ser necessária alguma flexibilidade para atenuar os riscos de captação. Também pode ser necessário adaptar as técnicas de emissão e sistemas de determinação de preços às condições de mercado (por exemplo, leilões anunciados com antecedência menor, leilões com preço uniforme e sindicalizações). O conjunto de instrumentos oferecidos também pode ser alterado para explorar opções de financiamento em mercados não tradicionais (ou pouco utilizados)⁹.
- Analisar as operações de gestão de passivos. A troca de títulos com vencimento no curto prazo por outros mais longos pode ser uma forma de atenuar o risco de refinanciamento. Sempre que possível, as

⁸ Ver informações adicionais sobre as medidas relacionadas à gestão da dívida na nota da *Série Especial do FMI sobre Debt Management Responses During the Pandemic*.

⁹ Irlanda, Itália e Portugal são exemplos de países que aumentaram a emissão de títulos de dívida no varejo após a da crise financeira mundial.

recompras também devem ser evitadas para usar melhor o caixa disponível (a Bélgica, por exemplo, interrompeu a prática de recomprar títulos com vencimento em 2022).

- É importante que as entidades públicas não concorram por recursos no mercado. Governos subnacionais (particularmente em alguns países federativos, como o Brasil e os EUA), empresas estatais e EEO também podem ter aumento em suas necessidades de financiamento. Se possível, o governo central pode tomar medidas para aliviar a pressão financeira sobre essas entidades, ao conceder empréstimos diretos ou proporcionar recursos em dinheiro¹⁰. Essas medidas também podem ajudar a atenuar a pressão sobre as taxas de juros nos mercados financeiros e reduzir a percepção dos riscos. Pode ser necessária uma melhor coordenação com o departamento de gestão da dívida para garantir que tais operações ocorram sem sobressaltos e não haja sobreposição dos calendários de captação.
- No médio prazo, acompanhar os riscos, principalmente os relacionados ao câmbio, à dívida de curto prazo e aos passivos contingentes, considerando seus impactos de longo prazo sobre o espaço fiscal e a sustentabilidade da dívida.

¹⁰ Um exemplo recente é a linha de liquidez municipal, nos EUA, criada para ajudar os governos estaduais e locais a administrar melhor as pressões do fluxo de caixa. Na Índia, além do reforço do mecanismo de adiantamentos orçamentários do Banco da Reserva, o Ministério das Finanças também tomou medidas para aliviar as pressões de liquidez sobre os estados, antecipando o pagamento de suas participações na receita e concedendo adiantamentos na linha de adiantamentos orçamentários do governo central (da União).